

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.835 - RS (2015/0310144-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS E OUTRO(S) -
DF011694
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
KEILA LUANA FERREIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - DF050203
EMBARGADO : CASSIO DO CARMO GADONSKI
ADVOGADOS : REGIS ELENIO FONTANA - RS027389
TAMIM FRANCISCA REIS - RS064678
GABRIELA TAVARES GERHARDT BLANCK - RS068622
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260
RICARDO ZENERE FERREIRA E OUTRO(S) - RS087039
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, em face da decisão acostada às fls. 1.994/1.996, da lavra deste signatário, na qual houve a determinação de devolução dos autos em razão de matéria repetitiva sobre a impossibilidade de inclusão no cálculo da complementação de aposentadoria, de verbas reconhecidas na Justiça Trabalhista, incorporadas ao salário do trabalhador, sem a prévia formação da reserva matemática necessária (REsp 1.740.397 - Tema 1.021).

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1.998/2.009), a embargante alega, em síntese, omissão na decisão embargada quanto a inexistência de pedido na petição inicial de inclusão de verbas deferidas na Justiça do Trabalho.

A parte embargada não apresentou impugnação (certidão de fl. 2.012).

É o relatório. Decide-se.

Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: EDcl no AgRg no Ag

1329960/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; EDcl no REsp 1597129/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, a embargante sustenta que "não há pedido de inclusão de verbas deferidas na Justiça do Trabalho, sendo que a ação ajuizada na justiça trabalhista foi remetida à Justiça Federal para processamento e julgamento".

Razão não lhe assiste.

Oportuno ressaltar, que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de ser irrecorrível decisão que determina o sobrestamento do feito em razão da afetação do tema em matéria repetitiva.

Nesse sentido, cita-se julgado da colenda Corte Especial deste Tribunal:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LOTEAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. TEMA 492/STF. RE-RG 695.911. DESPACHO DE SOBRESTAMENTO. IRRECORRIBILIDADE. MERO ATO PROCEDIMENTAL. PRECEDENTES.

1. Na hipótese dos autos, reconheceu-se a obrigação de adimplir quaisquer valores à administradora, em razão da existência de contrato, mesmo sem vinculação associativa.

2. Nesse contexto, soa evidente que referida questão encontra em debate no Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, à luz do Tema 492/STF: "Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado", de modo que o sobrestamento do feito é medida que se impõe, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça, à luz do pronunciamento daquela Corte, reexaminar o processo para manter sua decisão ou retratar-se.

3. Neste contexto, a decisão que determina o sobrestamento do feito em razão da afetação do tema em repercussão geral é irrecorrível.

Precedentes.

Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no RE nos EDcl no AgRg no REsp 1.422.605/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 7/12/2016, DJe de 16/12/2016)

E ainda:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DA REPERCUSSÃO GERAL NO STF - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE TORNOU SEM EFEITO DELIBERAÇÃO ANTERIOR E DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM - OBEDIÊNCIA À SISTEMÁTICA PREVISTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - IRRECORRIBILIDADE - PRECEDENTES DO STJ. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "não se deve conhecer do recurso de agravo interno impugnando a decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que observe a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, tendo em vista que o aludido sobrestamento não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, motivo pelo qual é irrecurável" (AgInt no REsp 1.663.877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 4/9/2017). Precedentes do STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AgRg no AREsp 199.253/SC, Relator o Ministro MARCO BUZZI, DJe de 17/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AO JULGAMENTO PROFERIDO NAS CORTES SUPERIORES.

I - O ato de sobrestamento e remessa dos autos à origem, para a devida observação do rito de demandas repetitivas, não soluciona a lide por não ter carga decisória, de tal modo que é irrecurável.

II - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1.274.656/RJ, Relator o Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/9/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM, PARA AGUARDAR JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA, PARA OPORTUNA APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 1.040 E 1.041 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. AGRAVO INTERNO NÃO

CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.

(AgInt nos EDcl no AREsp 631.318/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 17/2/2017)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PERCENTUAIS DISTINTOS PARA HOMENS E MULHERES. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. DECISÃO IRRECORRÍVEL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aguardar-se o julgamento de matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

(AgInt nos EDcl no AgRg no REsp 1.360.042/RS, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 10/10/2016)

Além disso, no caso, não se configura a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois, entendendo que a questão objeto de controvérsia encontra-se abrangida pelo REsp 1.740.397/RS, submetido ao rito dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Na realidade, observa-se que o verdadeiro intento dos presentes declaratórios é a obtenção de efeito infringente, pretensão que esbarra na finalidade integrativa do recurso em tela, que não se presta à rediscussão da causa já devidamente decidida.

A atribuição de efeito modificativo aos embargos é providência de caráter excepcional, incompatível com hipóteses como a dos autos, que revelam tão-somente o inconformismo da parte com o julgado.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

Superior Tribunal de Justiça

Nessa ordem de ideias, não existe qualquer vício a ser sanado, razão pela qual não devem ser acolhidos os presentes embargos.

Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília-DF, 20 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator